

HRZ Transmissão e Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores da
HRZ Transmissão e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da HRZ Transmissão e Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da HRZ Transmissão e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. Durante a sua fase de construção, a Companhia constitui, em contrapartida à receita de construção, um ativo contratual, o qual passa a ser amortizado após o início das operações, à medida que a Companhia executa a operação e manutenção da estrutura construída, e conforme o recebimento da remuneração pelo cumprimento de ambas as obrigações de performance.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo da concessão da Companhia é de R\$1.619.691 mil.

Por se tratar de um contrato de longo prazo, em que a Administração utiliza critérios e premissas relevantes, complexas e com certo grau de subjetividade na determinação da taxa implícita para mensuração do ativo de contrato na aquisição das controladas, e devido à relevância dos valores para as demonstrações financeiras e para os acionistas da Companhia, a mensuração do ativo de contrato depende atenção do time mais experiente de auditoria para a avaliação das informações e cálculos. Dessa forma, consideramos o tema como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a revisão das informações utilizadas como base para o cálculo do ativo e da receita de contrato; (ii) entendimento do processo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação da taxa implícita aplicada no fluxos de recebimento futuro; (iv) recálculo da remuneração financeira dos ativos da concessão, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; (v) confronto dos valores da Receita Anual Permitida – RAP homologadas e vigentes com os controles de movimentação e atualização do ativo contratual da Companhia; (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras; e (vii) avaliação dos valores indenizáveis ao final do contrato de concessão.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram determinada deficiência de controles internos relacionada ao processo de revisão do fluxo de ativo de contrato, bem como ajuste imaterial, que nos levaram a alterar a natureza dos procedimentos de auditoria inicialmente desenhados para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar o ajuste, por ter sido considerado imaterial nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração do ativo contratual da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração do ativo da concessão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.

Debêntures

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem saldos a pagar associados a debêntures emitidas.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total das debêntures é de R\$772.398 mil e R\$885.943 mil na controladora e no consolidado, respectivamente. Devido à relevância dos valores para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos a mensuração da debênture como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura das escrituras de debêntures e análise das principais características nelas descritas; (ii) confirmação externa dos saldos a pagar junto à securitizadora na data-base 31 de dezembro de 2023; (iii) testes substantivos sobre a movimentação dos saldos de principal e juros do exercício; (iv) recálculo do saldo de juros apropriados durante o exercício e confronto com a despesa de juros reconhecida no resultado; (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e divulgação das debêntures da Companhia e suas controladas e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5

Balanço patrimonial

Períodos findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.311	4.980	18.910	42.724
Disponibilidade da rede elétrica	5	-	-	19.178	16.920
Impostos a recuperar		798	149	3.550	2.997
Dividendos a receber	7	14.614	63.632	-	-
Ativo contratual	8	-	-	139.625	136.921
Outros créditos		324	1.222	3.428	3.473
Total do ativo circulante		19.047	69.983	184.691	203.035
Não circulante					
Depósitos vinculados	15	-	-	18.775	17.561
Ativo contratual	8	-	-	1.480.066	1.531.156
Partes relacionadas	7	6.003	18.560	-	-
Investimentos em sociedades controladas	9	865.573	840.416	-	-
Imobilizado		71	-	796	68
Intangíveis	10	-	-	111.507	111.317
Total do ativo não circulante		871.647	858.976	1.611.144	1.660.102
Total do ativo		890.694	928.959	1.795.835	1.863.137
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		895	76	19.755	16.450
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	6.212	685
Outros tributos a recolher		45	363	1.335	1.758
Dividendos	11	7.840	7.840	7.840	7.840
Salários e encargos sociais		595	606	1.874	1.352
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	12.944	14.464
Debêntures	13	5.842	-	18.056	12.581
Notas promissórias a pagar	14	-	576.303	-	576.303
Provisões	15	-	-	3.862	3.862
Outras contas a pagar		7.412	-	8.843	3.094
Total do passivo circulante		22.629	585.188	80.721	638.388
Não circulante					
PIS e COFINS diferidos	6	-	-	89.678	115.490
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	6	-	624	224.746	224.700
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	418.488	422.733
Debêntures	13	766.556	238.762	867.887	345.514
Provisões	15	-	-	9.832	8.954
Outras contas a pagar		-	-	2.974	2.974
Total do passivo não circulante		766.556	239.386	1.613.605	1.120.364
Patrimônio líquido					
Capital social	16	139.075	79.215	139.075	79.215
Prejuízos acumulados	16	(37.566)	-	(37.566)	-
Reservas de lucros	16	-	25.170	-	25.170
Total do patrimônio líquido		101.509	104.385	101.509	104.385
Total do passivo e patrimônio líquido		890.694	928.959	1.795.835	1.863.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	17	-	-	192.081	264.985
Custo					
Custo de operação	18	-	-	(9.771)	(12.437)
Total de custo		-	-	(9.771)	(12.437)
Lucro bruto		-	-	182.310	252.548
Despesas e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(1.366)	(869)	(11.839)	(16.628)
Outras receitas e despesas operacionais	19	-	484	(53.799)	345
Resultado de participações societárias		71.012	143.649	-	-
Total de despesas e receitas operacionais		69.646	142.297	(65.639)	(16.283)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		69.646	142.297	116.672	236.265
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	1.770	4.371	5.099	12.394
Despesas financeiras	20	(139.398)	(110.812)	(175.174)	(171.953)
Total do resultado financeiro		(137.628)	(106.441)	(170.075)	(159.559)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(67.982)	35.856	(53.403)	76.706
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	(9.288)	(4.728)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	5.245	(624)	(46)	(36.746)
Total dos tributos sobre o lucro		5.245	(624)	(9.334)	(41.474)
Resultado líquido do exercício		(62.737)	35.232	(62.737)	35.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado líquido do exercício	(62.737)	35.232	(62.737)	35.232
Resultado abrangente do exercício	(62.737)	35.232	(62.737)	35.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de retenção lucros	Reserva legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	250.000	(170.785)	-	-	(2.221)	76.994
Lucro do exercício	-	-	-	-	35.232	35.232
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.651	(1.651)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.840)	7.840
Reserva de lucros	-	-	23.520	-	(23.520)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	250.000	(170.785)	23.520	1.651	-	104.386
Integralização de capital social	-	59.860	-	-	-	59.860
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(62.737)	(62.737)
Absorção de prejuízos	-	-	(23.520)	(1.651)	25.171	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	250.000	(110.925)	-	-	(37.566)	101.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(67.982)	35.856	(53.404)	76.706
PIS e COFINS diferidos	-	-	(613)	7.897
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	(5.291)	(308)
Remuneração dos ativos de concessão	-	-	(129.213)	(138.930)
Resultado das participações societárias	(71.012)	(143.649)	-	-
Atualização de remensuração do Ativo de contrato	15.893	(1.892)	(1.642)	(1.892)
Provisão de juros sobre empréstimos e debêntures	25.635	107.904	70.595	162.699
Provisão de juros sobre empréstimos concedidos	(842)	(1.520)	-	-
Provisões	-	-	880	1.092
	<u>(98.308)</u>	<u>(3.301)</u>	<u>(118.687)</u>	<u>107.264</u>
Varição em:				
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(2.259)	(300)
Impostos a recuperar	(648)	(151)	(554)	(1.817)
Ativo de contrato	-	-	154.043	13.638
Depósitos vinculados	-	-	(1.213)	(958)
Outros ativos	898	(1.222)	45	(1.878)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	821	17	3.307	54
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	4.443	(1.799)
Outros tributos a recolher	(318)	363	(425)	623
Salários e encargos	(11)	607	520	449
Outros passivos	7.412	-	5.753	1.554
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(90.154)</u>	<u>(3.687)</u>	<u>44.973</u>	<u>116.830</u>
Juros pagos	-	-	(31.256)	(9.120)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.913)	(2.875)
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	<u>(90.154)</u>	<u>(3.687)</u>	<u>10.804</u>	<u>104.835</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	83.600	120.581	-	-
Adições ao imobilizado	(71)	-	(918)	(48)
Alienação de bens e direitos	-	-	-	30
Partes relacionadas	13.399	(17.040)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>96.928</u>	<u>103.541</u>	<u>(918)</u>	<u>(18)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	59.860	-	59.860	-
Empréstimos e financiamentos – Captação	-	-	-	11.697
Empréstimos e financiamentos - Amortização de principal	-	-	(12.890)	(19.351)
Debêntures – Captação	608.000	-	608.000	-
Debêntures - Amortização de principal e juros	(100.000)	(105.000)	(112.367)	(118.183)
Notas promissórias – Amortização de principal e juros	(576.303)	-	(576.303)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	<u>(8.443)</u>	<u>(105.000)</u>	<u>(33.700)</u>	<u>(125.837)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.669)</u>	<u>(5.146)</u>	<u>(23.814)</u>	<u>(21.019)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.980	10.126	42.724	63.743
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.311	4.980	18.910	42.724
	<u>(1.669)</u>	<u>(5.146)</u>	<u>(23.814)</u>	<u>(21.019)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A HRZ Transmissão e Participações S.A. (“Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de agosto de 2021, com sede e principal estabelecimento na Rua José Gonçalves de Oliveira, nº 116, 6º andar, conjunto 61, sala L, Itaim Bibi, São Paulo, SP – CEP 01453-050.

Em 19 de outubro de 2021, a EDP - Energias do Brasil S.A. assinou um contrato de compra e venda de ações junto à HRZ Transmissão e Participações S.A. (Novo Horizon Participações S.A., antiga razão social) para alienar a totalidade das ações detidas pela mesma, correspondente a 100% do capital social, das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A.

Em 28 de dezembro de 2021, após cumpridas todas as condições precedentes, foi concluída a alienação das ações, pelo montante atualizado de R\$ 879.089, fazendo da HRZ Transmissão e Participações S.A., a partir desta data, a controladora integral das Companhias.

Em 07 de outubro de 2022, a Companhia alterou sua razão social de Novo Horizon Participações S.A. para HRZ Transmissão e Participações S.A.

1.1 Estrutura dos projetos

A HRZ possui as seguintes subsidiárias:

a) Horizon Transmissão MA I S.A.

A Horizon Transmissão MA I S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 04 de outubro de 2021 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 23 de março de 2021 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 10 meses frente ao calendário da ANEEL.

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 7 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 123 km e uma subestação localizado no Estado do Maranhão.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 28/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
123 Km	Serviço Público	Concessão	MA	2 LT 500 kV; SE 500/230/69 kV; SE 500/230 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$66.267 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, sendo a próxima prevista para 2027, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Reajuste Tarifário Anual), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. , com impacto total na RAP da Companhia de 3,94%, fazendo com que a RAP passasse a totalizar R\$93.177.

b) Horizon Transmissão MA II S.A.

A Horizon Transmissão MA II S.A. (Companhia) é de uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 06 de agosto de 2020, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 04 de janeiro de 2020 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 12 meses frente ao calendário da ANEEL.

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 11 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 203 km e uma subestação localizado no Estado do Maranhão.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 32/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
203 km	Serviço Público	Concessão	MA	2 LT 230 kV; SE 230/69 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, de R\$30.200 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, sendo a próxima prevista para 2028, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Reajuste Tarifário Anual), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, com impacto total na RAP da Companhia de 3,94%, fazendo com que a RAP passasse a totalizar R\$42.464.

c) Horizon Transmissão ES S.A

A Horizon Transmissão ES S.A. (Companhia) é de uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 28 de dezembro de 2018, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial, retroativo a 23 de dezembro de 2018. A sua entrada em operação foi antecipada em 20 meses frente ao calendário da ANEEL e 10 meses em relação à premissa adotada pela Companhia no leilão.

Concessão

Em 28 de outubro de 2016, a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 24 da 2ª Etapa do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2015, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote foi composto por uma linha de transmissão de 113 km e uma subestação localizada no Estado do Espírito Santo.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 21/2017 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
113 Km	Serviço Público	Concessão	ES	LT230Kv; SE 230/138-3.8 kV	10/02/2017	09/02/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$20.718 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, sendo a próxima prevista para 2027, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Reajuste Tarifário Anual), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, com impacto total na RAP da Companhia de 3,94%, fazendo com que a RAP passasse a totalizar R\$28.633.

1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Todas as subsidiárias aplicam anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético – CDE.

1.3 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2023 na controladora foi negativo em R\$3.582 (R\$515.205 em 2022). No resultado consolidado, o capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em R\$103.970 (R\$435.353 negativo em 2022), sendo que no ano anterior, havia o impacto do vencimento no curto prazo das notas promissórias na controladora). O capital circulante líquido é decorrente de um passivo circulante que inclui debêntures a serem liquidadas nos próximos 12 meses, além de saldos a pagar com partes relacionadas enquanto o ativo circulante contempla apenas a parcela de RAP de O&M mensal. A Companhia não identificou outros indicativos sobre a existência de incerteza relevante quanto à continuidade operacional, uma vez a geração de caixa futura será suficiente para cobrir as necessidades financeiras ao longo do próximo ano.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2024.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 22.

2.4 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos pelo valor contábil do caixa e equivalentes de caixa, adiantamentos, despesas antecipadas, contas a pagar, adiantamento de clientes e de debêntures, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 22.

2.5 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a controlada; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à controlada para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a controlada e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As práticas e políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras:

	<u>Horizon Transmissão ES</u>	<u>Horizon Transmissão MA I</u>	<u>Horizon Transmissão MA II</u>
Patrimônio da controlada	93.242	267.422	186.887
Percentual de investimento	100%	100%	100%
Saldo do investimento	<u>93.242</u>	<u>267.422</u>	<u>187.887</u>

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira do que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.7 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.8 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no período apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não identificou indicativo de perdas relacionadas a ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia e suas controladas, não identificaram indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

3.2 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

a) Adoção de novas normas e interpretações

As alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º janeiro de 2023 não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras, das quais destacam-se as seguintes normas:

- CPC 50 – Contratos de seguros
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas
- CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture

b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos. A Companhia não realizou a adoção antecipada destes pronunciamentos, e não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 06 (R2) – Arrendamentos
- CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras
- CPC 32 – tributos sobre o lucro
- CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros

Em relação aos normativos em discussão no Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	-	-	9.043	561
Aplicações financeiras	3.311	4.980	9.867	42.163
	3.311	4.980	18.910	42.724

As aplicações financeiras de curto prazo, são referentes aos saldos das contas de livre movimentação. Essas aplicações financeiras, quando ocorrem, referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 2023 e em 2022.

Esses valores são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade, remuneradas a taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2023 (99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2022).

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 22.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº 22).

5 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2023 de R\$19.178 (R\$ 16.920 em 31 de dezembro de 2022), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Os valores vencidos em aberto em 2023 não são relevantes para constituição de PECLD.

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias	19.178	16.920
Total	19.178	16.920

5.1 Movimentação da disponibilidade da rede elétrica

	<u>31/12/2022</u>	<u>Títulos emitidos</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>31/12/2023</u>
Concessionárias	16.920	175.243	(172.988)	19.178
Total	<u>16.920</u>	<u>175.243</u>	<u>(172.988)</u>	<u>19.178</u>

5.2 Vencimentos

	<u>31/12/2023</u>
Vencidos a mais de 180 dias	1.302
Vencidos de 31 a 179 dias	1.957
Vencidos até 30 dias	1.013
A vencer	<u>14.906</u>
Total	<u>19.178</u>

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

6 Tributos diferidos

	<u>Controladora</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste a valor justo dos contratos	-	624
	<u>-</u>	<u>624</u>

	<u>Nota</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>2023</u>	<u>2022</u>
PIS e COFINS	6.1	89.678	115.490
Imposto de renda e contribuição social	6.2	113.428	112.758
Imposto de renda e contribuição social sobre contratos de concessão e sobre ajuste a valor justo dos contratos	6.3	<u>111.318</u>	<u>111.942</u>
		<u>314.424</u>	<u>340.190</u>

6.1 PIS e COFINS

Refere-se ao PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita com alíquota de 3,65% para as empresas controladas Horizon ES e Horizon TMA II (Lucro Presumido, regime cumulativo) e com alíquota de 9,25% para a empresa controladas Horizon TMA I (Lucro Real, regime não-cumulativo).

O saldo de PIS e da COFINS diferido está relacionado às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão, em contrapartida ao ativo contratual, registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida que ocorrem os faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

6.2 Imposto de renda e Contribuição social

São registrados sobre a receita bruta de construção e de remuneração do ativo contratual, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.3 Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste a valor justo dos contratos

Refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor justo dos contratos, correspondente à diferença entre o preço pago no investimento e o somatório dos valores do patrimônio líquido na data de aquisição, de acordo com as disposições do CPC 32.

7 Partes relacionadas

7.1 Remuneração dos administradores

A remuneração da Administração da Companhia é paga pela HRZ Transmissão e Participações e pela HRZ Transmissão Maranhão I, que são repassadas para cada uma das SPEs através de compartilhamento de custos. Durante o ano de 2023, o montante gasto com a administração totalizou R\$ 2.039 (R\$ 715 em 2022, ano em que a administração da Companhia foi contratada)

Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não são oferecidos outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

7.2 Debêntures privadas

Em 20 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a emissão privada de debêntures, conversíveis em ações da espécie subordinada, de emissão da Companhia, sem agente fiduciário e em série única. Foram emitidas 310.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 27 de dezembro de 2021. O objetivo desta captação foi para aquisição de 100% da participação acionária das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A., alienadas pela EDP Renováveis Brasil S.A.

Em 06 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures, conversíveis em ações da espécie subordinada, de emissão da Companhia, sem agente fiduciário e em série única. Foram emitidas 233.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 22 de dezembro de 2023. O objetivo desta captação foi o pagamento integral das notas promissórias da 1ª (primeira) emissão, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, vencida em 23 de dezembro de 2023.

Os detalhes sobre as emissões realizadas pela Companhia e suas subsidiárias estão descritos na nota explicativa nº 13.

7.3 Dividendos a receber

	2023	2022
Horizon Transmissoras ES S.A.	14.614	12.262
Horizon Transmissoras MA I S.A.	-	34.605
Horizon Transmissoras MA II S.A.	-	16.764
	14.614	63.631

7.4 Mútuos

			Ativo circulante		Resultado	
			31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Horizon Transmissão ES S.A.	Controlada	Empréstimos entre companhias	6.003	18.560	842	1.520
			6.003	18.560	842	1.520

Em 18 de abril de 2022, a Companhia controladora firmou contrato de mútuo com sua controlada Horizon Transmissão ES S.A., no montante de R\$ 17.040, com prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, vencendo portanto, em 20 de abril de 2026. Sobre o valor total liberado, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI. Durante 2023, parte do mútuo foi liquidado, permanecendo um saldo de R\$6.003.

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Adições	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2023
Principal	17.040	(11.675)	-	-	5.365
Juros	1.520	(1.724)	-	842	638
Total	18.560	(13.399)	-	842	6.003

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Adições	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2022
Principal	-	-	17.040	-	17.040
Juros	-	-	-	1.520	1.520
Total	-	-	17.040	1.520	18.560

8 Ativo contratual

De acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo contratual constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão.

O modelo estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na Nota Explicativa 16 - Receita.

De acordo com CPC47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais deve seguir os requisitos do CPC48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 22.

A Administração da Companhia, realizou a remensuração dos saldos dos ativos contratuais a valor justo, conforme determina o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios em função da diferença entre o valor contábil e o preço pago pelos ativos adquiridos e passivos assumidos por conta da aquisição de suas controladas Horizon Transmissão MA I S.A., Horizon Transmissão MA II S.A. e Horizon Transmissão ES S.A.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	<u>Valor líquido em 31/12/2022</u>	<u>Remuneração</u>	<u>RAP</u>	<u>Revisão Tarifária Periódica (RTP)</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>
HORIZON TRANSMISSÃO ES S.A.	273.107	24.916	(23.278)	-	274.744
HORIZON TRANSMISSÃO TMA I S.A.	980.444	67.586	(79.288)	(25.624)	943.118
HORIZON TRANSMISSÃO TMA II S.A.	414.526	35.071	(33.942)	(13.825)	401.829
	<u>1.668.077</u>	<u>127.571</u>	<u>(136.508)</u>	<u>(39.449)</u>	<u>1.619.691</u>
Circulante	136.921				139.625
Não circulante	<u>1.531.156</u>				<u>1.480.066</u>
	<u>1.668.077</u>				<u>1.619.691</u>

9 Investimentos

9.1.1 Composição

	Participação societária	Controladora			Total
		Horizon Transmissão ES	Horizon Transmissão MA I	Horizon Transmissão MA II	
Saldo em 31/12/2021	100%	113.511	504.645	216.368	834.524
Ajuste a valor justo dos contratos de concessão		641	336	915	1.892
Equivalência patrimonial		11.568	61.496	70.585	143.649
Distribuição de dividendos		(2.892)	(109.673)	(27.084)	(139.649)
Saldo em 31/12/2022	100%	122.828	456.804	260.784	840.416
Ajuste a valor justo dos contratos de concessão		(843)	(10.124)	(4.926)	(15.893)
IRPJ e CSLL diferidos		67	3.229	1.324	4.620
Equivalência patrimonial		9.406	38.474	23.132	71.012
Distribuição de dividendos		(2.352)	(24.594)	(7.636)	(34.582)
Saldo em 31/12/2023	100%	129.106	463.789	272.678	865.573

Conforme ICPC 09, os Direitos de Concessão são classificados como Investimentos na Controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Ativo de Contrato (nota explicativa nº 8).

9.2 Informações sobre as controladas diretas

	Saldo em 31/12/2023			Saldo em 31/12/2022		
	Horizon Transmissão ES	Horizon Transmissão MA I	Horizon Transmissão MA II	Horizon Transmissão ES	Horizon Transmissão MA I	Horizon Transmissão MA II
Ativos circulantes	32.694	101.876	45.690	46.337	101.720	46.020
Ativos não circulantes	219.301	679.556	287.496	214.495	690.541	291.864
Passivos circulantes	34.884	33.766	10.061	45.045	63.842	26.113
Passivos não circulantes	123.869	480.245	136.238	129.600	474.876	140.379
Patrimônio líquido (*)	93.242	267.422	186.887	86.187	253.543	171.392
Lucro líquido	9.407	38.474	23.132	11.568	61.496	70.585

(*) A somatória dos saldos de patrimônio líquido das controladas, no montante de R\$ 547.551 em 31 de dezembro de 2023, (R\$511.122 em 2022), diverge do saldo de investimentos de R\$ 860.953 (R\$ 840.416 em 2022) em função da mais valia decorrente da remensuração dos ativos de contrato efetuada pela Companhia, conforme abaixo mencionado, que foi alocada na conta de Investimentos, na controladora.

9.3 Aquisição das Companhias

Em 28 de dezembro de 2021, após cumpridas todas as condições precedentes, foi concluída a aquisição de 100% das ações, das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A., pelo montante atualizado de R\$ 879.089, fazendo da Novo Horizon Participações S.A, a partir desta data, a controladora integral dessas Companhias.

A Companhia avaliou a operação por meio do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e determinou que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio e satisfazem as condições para a aplicação do método de aquisição de combinação de negócios por meio da aquisição de controle, análise dos inputs e outputs, teste de concentração e substantivo. Adicionalmente, não houve contraprestação contingente ou earnout na transação de combinação de negócios.

Com a conclusão da aquisição, os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria independente especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente. O montante total pago na aquisição foi alocado inicialmente, na data de sua realização como ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão, bem como, o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo foram reconhecidos no consolidado em contrapartida ao Goodwill. O laudo de aquisição foi elaborado por consultoria especializada, independente e devidamente registrado. Seguindo a literatura do item 45 do CPC 15/ IFRS 3, a Companhia registrou e divulgou, de forma provisória, os valores apurados com base em suas melhores estimativas até 31 de dezembro de 2021, referente a combinação de negócio para a aquisição das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A. A apresentação conforme descrita abaixo reflete o entendimento final da Administração da Companhia em relação à referida transação.

O preço de aquisição, que se refere à contraprestação conforme edital, adicionado aos ajustes de atualização monetária para a referida avaliação foi de R\$ 879.089. O cálculo do montante desembolsado está demonstrado a seguir:

Aquisição de negócios	LOTE 24	LOTE 7	LOTE 11	TOTAL
Composição do valor de compra	TMA ES	TMA I	TMA II	
Preço inicial da aquisição	120.306	549.041	240.653	910.000
Correção CDI	4.584	20.921	9.170	34.675
Ajuste de vazamento	-	(45.063)	(16.523)	(61.586)
Ajuste de atrasos	-	(4.000)	-	(4.000)
Valor pago na aquisição	124.890	520.899	233.300	879.089
Patrimônio líquido	77.511	301.720	127.890	507.121
Valor alocado na aquisição (i)	36.000	202.925	88.478	327.403

- (i) Valor identificado na aquisição como Mais-Valia referente ao direito de exploração das concessões, e alocado como Ativo de Contrato para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas, e amortizado conforme Laudo de Avaliação de Compra.

O balanço patrimonial das SPEs na data de transferência do controle, para fins de determinação do valor patrimonial contábil, está demonstrado a seguir:

	TES 31/12/2021	TMAI 31/12/2021	TMAII 31/12/2021
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.097	32.289	14.232
Disponibilidade da rede elétrica	3.044	9.626	
Concessionárias			3.950
Impostos a recuperar	33	24	33
Outros tributos compensáveis	244	619	227
Ativos de concessão	26.550	70.460	23.387
Despesas antecipadas		180	
Outros créditos	240	342	833
Total do ativo circulante	37.208	113.540	42.662
Cauções e depósitos vinculados	4.564	8.255	3.784
Ativos de concessão	199.581	619.318	248.997
Despesas antecipadas		30	
Imobilizado	20		
Total do ativo não circulante	204.165	627.603	252.781
Total do ativo	241.373	741.143	295.443

	TES 31/12/2021	TMAI 31/12/2021	TMAII 31/12/2021
PASSIVO			
Passivo circulante			
Fornecedores	541	10.769	5.027
Honorários e encargos a pagar			157
Impostos e contribuições a recolher	257	1.080	374
Outros tributos a recolher	159		203
Dividendos	16.253	16.932	11.379
Encargos setoriais		119	
Provisões (contingências)	367	772	2.532
Empréstimos e financiamentos	21.126	-	7.315
Outras contas a pagar	728	1.748	919
Total do passivo circulante	39.431	31.420	27.906
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	103.594	278.526	121.132
PIS e COFINS diferidos	8.216	64.332	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.934	62.093	17.458
Encargos setoriais		123	
Provisões	5.066	2.383	494
Outras contas a pagar	621	546	563
Total do passivo não circulante	124.431	408.003	139.647
Patrimônio líquido			
Capital social	11.689	198.817	72.625
Reserva de lucros	65.822	102.903	55.265
Total do patrimônio líquido	77.511	301.720	127.890
Total do passivo e patrimônio líquido	241.373	741.143	295.443

10 Intangível

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ágio	111.317	111.317
Projetos em cursos	190	-
Total	111.507	111.317

	Consolidado			
	TES	TMAI	TMAII	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	12.240	68.995	30.082	111.317
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	12.240	68.995	30.082	111.317

Conforme ICPC 09 esse ágio, gerado por conta da aquisição das SPEs pela HRZ, é apresentado na controladora como investimento e no consolidado como intangível. Esse saldo é avaliado por impairment em bases anuais.

11 Dividendos

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou prejuízo, motivo pelo qual não foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 7.840 de dividendos mínimos foram distribuídos ao acionista em 2022).

12 Empréstimos e financiamentos

Instituição / Credor	Spread % a.a.	Sistemática de amortização	Finalidade	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Frequência de pagamento de juros/amortização	Vencimento final
TMA I									
Banco do Nordeste do Brasil	IPCA + 2,2809% a.a. IPCA + 2,7877% a.a.	SAC	Implementação projeto de linha de transmissão	Sim	05/06/2020	Fiança Bancária	IPCA	Mensal	jul/43
TMA II									
Banco do Nordeste do Brasil	IPCA + 2,2809% a.a. IPCA + 2,7877% a.a.	SAC	Implementação projeto de linha de transmissão	Sim	05/06/2020	Fiança Bancária	IPCA	Mensal	jan/29

i) Horizon Transmissão TMA I

Em 05 de junho de 2020, a Companhia controlada firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 252.056. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2020, tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2021 em um montante total de R\$ 177.481.

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 07 do leilão 05/2016 - ANEEL.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,7877% a.a., com exigibilidade mensal a partir de fevereiro de 2023.

Garantias

O valor total referente às garantias mencionadas acima é de R\$ 314.086 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 316.370 em 31 de dezembro de 2022).

Covenants

O empréstimo em questão não está sujeito a cláusulas de covenants financeiros. Além disso, é importante ressaltar que todas as exigências e cláusulas não financeiras restritivas estipuladas no contrato estão sendo rigorosamente cumpridas pela Companhia até o momento atual

ii) Horizon Transmissão TMA II

Em 28 de junho de 2021, a Companhia controlada firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 124.521. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2021, já tendo ocorrido a liberação total do valor contratado em 31 de dezembro de 2021.

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 11 do leilão 05/2016 - ANEEL.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,2809% a.a., com exigibilidade mensal a partir de fevereiro de 2022 e juros trimestrais durante carência e mensal a partir de fevereiro de 2022.

Garantias

O valor total referente às garantias mencionadas acima é de R\$ 118.082 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 121.639 em 31 de dezembro de 2022).

Covenants

O empréstimo em questão não está sujeito a cláusulas de covenants financeiros. Além disso, é importante ressaltar que todas as exigências e cláusulas não financeiras restritivas estipuladas no contrato estão sendo rigorosamente cumpridas pela Companhia até o momento atual.

12.1 Composição do saldo de Financiamentos

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
BNB	13.017	419.151	432.168	14.498	423.472	437.970
(-) Custos de transação	(73)	(663)	(736)	(34)	(739)	(773)
Total	<u>12.944</u>	<u>418.488</u>	<u>431.432</u>	<u>14.464</u>	<u>422.733</u>	<u>437.197</u>

12.2 Movimentação das Financiamentos

CONSOLIDADO						
	<u>Valor líquido em 31/12/2022</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros provisionados</u>	<u>Amortização do custo de transação</u>	<u>Variação monetária e cambial</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>
Principal	438.008	(35.642)	29.851	-	(50)	432.167
Custo de transação	(811)	-	-	76	-	(735)
Total	<u>437.197</u>	<u>(35.642)</u>	<u>29.851</u>	<u>76</u>	<u>(50)</u>	<u>431.433</u>

CONSOLIDADO						
	<u>Valor líquido em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Juros provisionados</u>	<u>Amortização do custo de transação</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2022</u>
Principal	407.860	11.697	39.183	(19.393)	(1.339)	438.008
Custo de transação	(887)	-	-	42	34	(811)
	<u>406.973</u>	<u>11.697</u>	<u>39.183</u>	<u>(19.351)</u>	<u>(1.305)</u>	<u>437.197</u>

12.3 Vencimentos

	TMA I	TMA II
Circulante		
2024	9.105	3.912
	9.105	3.912
Não circulante		
2025	7.649	3.810
2026 ATÉ VENCIMENTO	297.332	110.360
	304.981	114.170
Total	314.086	118.082

13 Debêntures

13.1 Debêntures de mercado

Companhia	Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias
TES	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476	115	1	115.000	1ª emissão 15/05/2018	15/05/2018 a 15/05/2033	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 24 do leilão 13/2015-ANEEL	IPCA + 7,0267% a.a.	Principal e juros semestral a partir de maio/2021	a. Fiança bancária b. alienação fiduciária das ações.
HRZ	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160	375	1	375.000	3ª emissão 15/12/2023	15/12/2023 a 15/05/2035	Pagamento da 1ª (primeira) emissão das notas promissórias, em série única, emitidas pela Emissora em 23/12/2021, com vencimento em 23/12/2023.	IPCA + 7,90% a.a.	Principal e juros semestral a partir de junho/2024	a. alienação fiduciária das ações.

13.2 Debêntures privadas

Companhia	Detentor dos títulos (100%)	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias
HRZ	Gold Power Fundo de Investimentos (Acionista)	Colocação privada	233	1	233.000	2ª emissão 06/12/2023	06/12/2023 a 06/12/2035	Pagamento da 1ª (primeira) emissão das notas promissórias, em série única, emitidas pela Emissora em 23/12/2021, com vencimento em 23/12/2023.	IPCA + 8,00% a.a.	Na data de vencimento	Debêntures conversíveis em ações
HRZ	Gold Power Fundo de Investimentos (Acionista)	Colocação privada	310	1	310.000	1ª emissão 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2033	Aquisição de 100% (cem por cento) da participação acionária nos lotes 7, 11 e 24	IPCA + 8,00% a.a.	Na data de vencimento	Debêntures conversíveis em ações

13.3 Composição do saldo das debêntures

HRZ Transmissão e Participações S.A. (i)	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures	6.455	773.304	779.759	-	238.762	238.762
(-) Custos de transação	(613)	(6.748)	(7.361)	-	-	-
Total	5.842	766.556	772.398	-	238.762	238.762

Consolidado (i) e (ii)	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures	19.590	876.670	896.260	13.256	348.866	362.122
(-) Custos de transação	(1.534)	(8.784)	(10.318)	(675)	(3.352)	(4.027)
Total	18.056	867.886	885.943	12.581	345.514	358.095

i) HRZ Transmissão e Participações S.A.

a. Debêntures privadas:

Em 20 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a emissão privada de debêntures, conversíveis em ações da espécie subordinada, de emissão da Companhia, sem agente fiduciário e em série única. Foram emitidas 310.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 27 de dezembro de 2021. O objetivo desta captação foi para aquisição de 100% da participação acionária das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A., alienadas pela EDP Renováveis Brasil S.A.

Em 06 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures, conversíveis em ações da espécie subordinada, de emissão da Companhia, sem agente fiduciário e em série única. Foram emitidas 233.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 22 de dezembro de 2023. O objetivo desta captação foi o pagamento integral das notas promissórias da 1ª (primeira) emissão, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, vencida em 23 de dezembro de 2023.

As debêntures das duas emissões poderão ser total ou parcialmente convertidas em ações ordinárias de emissão da emissora, a qualquer tempo, a critério do debenturista, mediante o envio de notificação pelo debenturista à emissora (“Notificação de Conversão Facultativa”). Dessa forma, como a Companhia entregará caixa por meio do pagamento de dividendos semestrais até a data da conversão como instrumento patrimonial, bem como, pelo fato de tal debênture não atender o critério de fixo para fixo, a classificação está sendo tratada como instrumento de dívida, sendo apresentada no passivo não circulante da Companhia.

Sobre o principal das duas séries incidem IPCA mais juros de 8% a.a., com vencimento em 27 de dezembro de 2033 (1ª emissão) e em 06 de dezembro de 2035 (2ª emissão).

De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, essa opção de conversibilidade das debêntures em ações é um derivativo embutido, cujo valor justo foi considerado zero, uma vez que as variáveis utilizadas no cálculo da conversão, conforme estipulado na escritura da debênture, principalmente em relação ao preço da ação, estão descritas e definidas de forma a considerar o seu valor justo na data da conversão. Conforme estabelecido nas escrituras das debêntures, as opções de conversão em ações dos saldos remanescentes continuam em vigor, sujeitas ao exercício de acordo com as condições estabelecidas nas escrituras.

b. Debêntures públicas:

Em 15 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a 3ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e em série única. Foram emitidas 375.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000. O objetivo desta captação, juntamente com a segunda emissão das debentures privadas, foi o pagamento integral das notas promissórias da 1ª (primeira) emissão, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, vencida em 23 de dezembro de 2023. Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 7,90% a.a., com exigibilidade semestral a partir de junho de 2024.

Garantias

Alienação fiduciária das ações para a debenture emitidas de acordo com ICVM 476 e conversibilidade em ações das debentures privadas.

Covenants

As debêntures privadas não possuem cláusulas de covenants financeiros. As debêntures emitidas de acordo com ICVM 476 possuem cláusulas de covenants financeiros a partir do fechamento do ano de 2024. Além disso, é importante ressaltar que todas as exigências e cláusulas não financeiras restritivas estipuladas no contrato estão sendo rigorosamente cumpridas pela Companhia até o momento atual.

ii) Horizon Transmissão ES S.A.

Em 15 de maio de 2018, a Companhia controlada realizou a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e em série única. Foram emitidas 115.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 15 de maio de 2018.

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 24 do leilão 13/2015 - ANEEL.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,0267% a.a., com exigibilidade semestral a partir de maio de 2021.

Garantias

Fiança corporativa do controlador e alienação fiduciária das ações.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento da dívida, como segue:

(i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da Companhia ou da interveniente garantidora, exceto se em decorrência de uma operação societária; e

(i) Manutenção Índice de Cobertura de Serviço da Dívida de no mínimo de 1.2x. A apuração do índice ao final de 2023 resultou em 1.4x, acima do mínimo exigido, não necessitando de nenhum aporte de capital adicional. Diante disso, não se faz necessária a realização de aportes de capital adicionais. De acordo com a Escritura da 1ª Emissão de Debentures Simples e o Instrumento Particular de Suporte Financeiro e outras Avenças, celebrados em 2018, o ICSD deve ser apurado anualmente e o valor igual ou superior a 1,2x. Caso o ICSD mínimo não seja atingido, o acionista deverá aportar recursos financeiros suficientes para honrar o cumprimento do ICSD. O não aporte de recursos decreta o vencimento antecipado das Debentures.

Além disso, é importante ressaltar que todas as exigências e cláusulas não financeiras restritivas estipuladas no contrato estão sendo rigorosamente cumpridas pela Companhia até o momento atual.

13.4 Movimentação das debêntures

	CONTROLADORA						
	Valor líquido em	Pagamentos	Adições	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em
	31/12/2022						31/12/2023
Principal	238.762	(100.000)	608.000	32.997	-	-	779.759
(-) Custo de transação	-	-	(7.412)	-	51	-	(7.361)
Total	238.762	(100.000)	600.588	32.997	51	-	772.398

	CONTROLADORA						
	Valor líquido em	Pagamentos	Adições	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Variação monetária	Valor líquido em
	31/12/2021						31/12/2022
Principal	310.852	(105.000)	-	32.910	-	-	238.762
Custo de transação	-	-	-	-	-	-	-
Total	310.852	(105.000)	-	32.910	-	-	238.762

	CONSOLIDADO						
	Valor líquido em	Pagamentos	Adições	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em
	31/12/2022						31/12/2023
Principal	362.122	(120.871)	608.000	41.379	-	5.630	896.260
(-) Custo de transação	(4.027)	-	(7.412)	-	1.122	-	(10.317)
Total	358.095	(120.871)	600.588	41.379	1.122	5.630	885.943

CONSOLIDADO							
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Adições	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2022
Principal	440.345	(127.303)	-	41.806	-	7.274	362.122
Custo de transação	(4.773)	-	-	-	746	-	(4.027)
Total	435.572	(127.303)	-	41.806	746	7.274	358.095

13.5 Vencimentos

	HRZ	TES
Circulante		
2024	6.455	13.135
	-	13.135
Não circulante		
2025	12.910	12.693
2026	12.911	13.240
2027	12.912	11.826
2028 até o vencimento	734.571	65.607
	773.304	103.366
Total	779.759	116.501

14 Notas promissórias

Controladora					
HRZ Transmissão e Participações S.A.	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2023	2022
Notas promissórias - principal	R\$	CDI+ 2,25% a.a.	2023	-	500.000
Notas promissórias - juros		-	2023	-	76.303
				-	576.303
Circulante				-	576.303
Não circulante				-	-

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a emissão de 50 (cinquenta) notas promissórias, de acordo com a Instrução da CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, em série única, no valor nominal unitário de R\$10.000 (dez milhões de reais), totalizando R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 23 de dezembro de 2021.

O objetivo desta captação foi para aquisição de 100% da participação acionária das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A., alienadas pela EDP Energias do Brasil S.A..

O valor nominal unitário, acrescido da remuneração, será integralmente pago pela Companhia aos titulares das notas promissórias em uma única parcela, na data de vencimento das notas promissórias, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo (conforme definido abaixo), ou de vencimento antecipado

das notas promissórias em decorrência de um evento de inadimplemento (conforme definido abaixo), conforme o caso.

Sobre o principal da dívida incidem 100% do CDI mais juros de 2,25% a.a., com vencimento em 23 de dezembro de 2023.

As notas promissórias foram 100% liquidadas em dezembro de 2023.

Garantias

Alienação fiduciária em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, pelo Gold Power Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

15 Provisões e depósitos vinculados

		Consolidado					
		Depósitos vinculados		Provisões			
		Ativo		Passivo			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
Nota		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais cíveis	15.1	6.401	6.709	-	-	-	-
Depósitos caução	15.3	12.373	10.852	-	-	-	-
Provisões cíveis	15.1	-	-	-	-	9.832	8.954
Licenças ambientais	15.4	-	-	3.862	3.862	-	-
		<u>18.774</u>	<u>17.561</u>	<u>3.862</u>	<u>3.862</u>	<u>9.832</u>	<u>8.954</u>

15.1 Provisões com risco de perda provável e depósitos vinculados

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Consolidado					
		Depósitos vinculados		Provisões			
		Ativo		Passivo			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis		6.401	6.709	-	-	9.832	8.954
		<u>6.401</u>	<u>6.709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.832</u>	<u>8.954</u>

Consolidado					
Depósitos judiciais			Provisões		
Não circulante			Não circulante		
31/12/2022	Reversão	31/12/2023	31/12/2022	Provisão	31/12/2023
6.709	(308)	6.401	8.954	878	9.832
6.709	(308)	6.401	8.954	878	9.832

Cíveis

A Controladora não possui nenhum processo ou ação judicial em andamento. As subsidiárias são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações das subsidiárias são mensuradas pelo desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pelas subsidiárias para a construção da linha de transmissão. A provisão referente a esses processos foi registrada para fazer frente à probabilidade de perda provável, e será baixada contra os depósitos judiciais já efetuados, no momento em que os desfechos desfavoráveis forem confirmados.

15.2 Risco de perda possível

Não existem processos de natureza trabalhista e cível, cuja perda foi estimada como possível na Controladora, com base nas informações de seus assessores jurídicos.

Em suas controladas, existem processos e natureza trabalhista e cível, referentes à desapropriação de imóveis para a construção da linha de transmissão e cuja perda foi estimada como possível, com base nas informações de seus assessores jurídicos, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	46.206	31.360
	<u>46.206</u>	<u>31.360</u>

15.3 Depósitos caução

Montante refere-se aos depósitos caucionados em garantia da dívida que as Controladas possuem junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

15.4 Licenças ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental – PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia efetuou alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 139.075 e está representado por 139.075 (cento e trinta e nove milhões e setenta e cinco mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1 (um real) por ação.

Acionistas	Ações Nominativas		
	31/12/2023	31/12/2022	%
Gold Power Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	250.000	250.000	100%
(-) Capital a integralizar	(110.925)	(170.785)	
Total	139.075	79.215	100%

Em 20 de dezembro de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária – AGE, da mesma data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 250.000, mediante emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 (um real).

Em 19 de dezembro de 2023, conforme Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi integralizado R\$ 59.860 do capital, restando um saldo a integralizar de R\$ 110.925.

16.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro a ser destinado:		
Resultado apurado no exercício	(62.737)	35.232
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	250.000	250.000
Lucro (prejuízo) básico por ação	(0,25)	0,14
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(0,14)	0,15
Destinação do lucro:		
Absorção de prejuízos anteriores	25.171	2.221
Dividendos mínimos 25%	-	7.840
Reserva legal 5%	(1.651)	1.651
Reserva de retenção de lucros	(23.520)	23.520
	-	35.232

16.3 Reservas de lucros

	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de lucros:		
Legal	-	1.651
Retenção de lucros	-	23.520
	-	25.171

17 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Consolidado	
	2023	2022
Remuneração do ativo contratual remensurado	167.020	134.028
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	22.004	40.222
Parcela de ajuste	1.390	101.481
Receita CDE	8.527	5.548
Receita CCT (i)	6.813	4.851
Receita operacional bruta	205.754	286.130
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(11.350)	(18.963)
P&D	(1.665)	(1.527)
Outros encargos	(658)	(655)
	(13.673)	(21.145)
Receita operacional líquida	192.081	264.985

- (i) Refere-se a receita oriunda do Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão – CTT com a EDP Distribuição ES e Equatorial Maranhão, a qual não está contemplada na RAP recebida.

18 Custos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo de operação				
Material	-	-	(5)	(395)
Serviços de terceiros	-	-	(10.840)	(10.125)
Depreciação - Ativos de direito de uso	-	-	-	(10)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	(15)
Outras	-	-	(849)	(1.892)
Crédito de Pis e Cofins s/ custos	-	-	1.923	-
Total	-	-	(9.771)	(12.437)

19 Despesas gerais e administrativas e outras despesas e receitas operacionais

As despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal, administradores e previdência privada	(1.533)	(753)	(6.203)	(4.516)
Serviços de terceiros	37	108	(2.184)	(9.282)
Arrendamentos e aluguéis	-	(2)	(118)	(240)
Outras	130	(706)	(3.334)	(2.590)
Total de despesas gerais e administrativas	(1.366)	(1.353)	(11.839)	(16.628)
Outras despesas e receitas operacionais (i)	-	-	(53.799)	345
Total de outras receitas e despesas operacionais	-	-	(53.799)	345
Resultado de participações societárias	71.012	143.650	-	-
Total de despesas gerais e administrativas	69.646	142.297	(65.639)	(16.283)

(i) Para o exercício de 2023, as investidas TMA I e TMA II sofreram revisão tarifária e seus efeitos foram alocados em Outras despesas e receitas operacionais, motivo pelo qual a conta sofre uma variação em comparação ao ano anterior.

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valor justo dos ativos de contratos	-	1.892	-	1.892
Renda de aplicações financeiras e cauções	994	1.079	5.232	7.549
Juros e variações monetárias	20	-	227	3.118
Juros com partes relacionadas	842	1.520	-	-
(-) Tributos s/ receitas financeiras	(86)	(120)	(360)	(165)
Total receita financeira	1.770	4.371	5.099	12.394
Juros com partes relacionadas – DF	-	-	-	-
Juros e encargos s/ empréstimos e debêntures - DF	(121.356)	(107.904)	(170.771)	(164.075)
Valor justo dos ativos de contratos	(15.893)	-	-	-
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas - DF	-	-	-	(247)
Juros e variações monetárias - DF	(2.149)	(2.885)	(4.403)	(3.878)
Outras despesas financeiras - DF	-	(23)	-	(3.737)
Juros e multas s/ tributos - DF	-	-	-	(16)
Total receita financeira	(139.398)	(110.812)	(175.174)	(171.953)
Resultado financeiro	(137.628)	(106.441)	(170.075)	(159.559)

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e sua controlada Horizon Transmissão MA I S.A. apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real, enquanto suas controladas Horizon Transmissão MA II S.A. e Horizon Transmissão ES S.A. apuram pelo método do lucro presumido. Nos exercícios de 2022 e 2023, a controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos no exercício. Ainda, a Companhia não contabilizou o imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal, pois, não possui na Controladora expectativa de lucro tributável futuro.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(62.737)	35.232
Alíquota	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	21.331	(11.979)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Equivalência Patrimonial	24.144	48.841
Outras diferenças permanentes	(1)	(10.029)
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	(45.474)	(26.833)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-
Alíquota efetiva - %	0%	0%

21.1 Imposto de renda e contribuição social controladas

21.1.1 Imposto de renda e contribuição social controladas – Lucro Real

A reconciliação da alíquota efetiva no regime lucro real da controlada Horizon Transmissão TMA I, é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	50.168	96.741
Alíquota	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(17.057)	(32.892)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições / exclusões permanentes	(45)	(2.353)
Despesa de IRPJ e CSLL	(17.102)	(35.245)
Alíquota efetiva - %	34,09%	36,43%

21.1.2 Imposto de renda e contribuição social controladas – Lucro Presumido

O cálculo no regime de lucro presumido das controladas Horizon Transmissão TMA II e Horizon Transmissão ES, é como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Operacional Bruta	43.276	43.276	66.799	66.799
% de presunção	8%	12%	8%	12%
Receita Operacional Bruta – Base presumida	3.462	5.193	5.339	8.016
Receitas Financeiras	1.234	1.234	2.855	2.855
Base de cálculo	4.696	6.427	8.194	10.871
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
IRPJ / CSLL apurados	(704)	(578)	(1.229)	(978)
Ajuste decorrente do adicional do IR	(446)	-	(789)	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.150)	(578)	(2.018)	(978)
Alíquota efetiva - %	2,66%	1,34%	3,02%	1,46%

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados.

A administração dos riscos associados a estas operações incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos futuros.

22.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

22.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Controladora		Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras	4	Nível 2	3.311	4.980	9.867	42.163
			3.311	4.980	9.867	42.163
Custo amortizado						
Bancos conta movimento	4	Nível 2	-	-	9.043	561
Disponibilidade da rede elétrica	5	Nível 2	-	-	19.178	16.920
			-	-	28.221	17.481
			3.311	4.980	38.088	59.644
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores		Nível 2	895	76	19.755	16.450
Empréstimos e financiamentos	12	Nível 2	-	-	431.432	437.197
Debêntures	13	Nível 2	772.398	238.762	885.943	358.095
Notas promissórias a pagar	14	Nível 2	-	576.303	-	576.303
			773.293	815.141	1.337.130	1.388.045
			773.293	815.141	1.337.130	1.388.045

22.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

22.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem:

- derivativos;
- passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento;
- contratos de garantia financeira;
- compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e
- contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando:

- a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou
- o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

22.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude de os instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

22.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

22.2 A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

22.3 Gestão de riscos

A Companhia possui as seguintes políticas: Código de Conduta, Política Antissuborno e Anticorrupção, Política de Relacionamento com Terceiros e Política de Condução de Investigação Interna. Além disso, implementou comitês trimestrais de Operação, ESG e Financeiro e reuniões de Conselho também trimestrais que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os Comitês e reuniões de Conselho possuem membros da investidora Actis (grupo investidor da Companhia), com sede em Londres. Os principais riscos acompanhados estão descritos a seguir:

22.3.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

22.3.2 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

22.3.3 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

CONTROLADORA							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.311	423	529	635	317	212
Operação	Risco						
Debêntures	IPCA	(772.398)	(35.685)	(44.606)	(53.527)	(26.764)	(17.842)
Exposição líquida		(769.087)	(35.262)	(44.077)	(52.892)	(26.447)	(17.630)

CONSOLIDADO							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	9.867	1.261	1.576	1.891	946	630
Operação	Risco						
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(431.432)	(19.932)	(24.915)	(29.898)	(14.949)	(9.966)
Debêntures	IPCA	(885.943)	(40.931)	(51.163)	(61.396)	(30.698)	(20.465)
Exposição líquida		(1.307.508)	(59.602)	(74.502)	(89.403)	(44.701)	(29.801)

As curvas futuras dos indicadores financeiros estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 6,52% e 13,04% a.a. (CDI entre 6,9% e 12,33% a.a. em 2022); e IPCA entre 2,31 % e 4,62% a.a. (IPCA entre 3,86% e 10,03% a.a. em 2022).

22.3.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas:

(i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativo Contratual (Nota 8), cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

CONTROLADORA						
31/12/2023						31/12/2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses		Total	Total
			a 1 ano	De 1 a 5 anos		
Fornecedores	895	-	-	-	895	76
Debêntures	-	-	6.455	38.733	727.210	238.762
Notas promissórias	-	-	-	-	-	576.303
Total	895	-	6.455	38.733	727.210	815.141

CONSOLIDADO						
31/12/2023						31/12/2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses		Total	Total
			a 1 ano	De 1 a 5 anos		
Fornecedores	19.756	-	-	-	19.756	16.450
Empréstimos e financiamentos	1.037	2.074	9.331	49.765	369.225	437.197
Debêntures	638	1.275	5.739	30.610	75.282	885.943
Notas promissórias	-	-	-	-	-	576.303
Total	21.431	3.349	15.070	80.375	444.507	1.388.045

22.3.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras.

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22.3.6 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio.

22.3.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o controlador pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Total do Financiamento	1.317.375	1.371.596
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(18.910)	(42.724)
Dívida líquida	1.298.465	1.328.872
Total do Patrimônio Líquido	101.509	104.385
Total do capital	1.399.973	1.433.257
Índice de alavancagem financeira - %	92,75%	92,72%

23 Compromissos contratuais e garantias

a) Garantias

Horizon Transmissão MA I

Carta fiança com o Banco ABC no valor de R\$ 252 vigorando de 03 de fevereiro de 2023 a 20 de março de 2025.

Horizon Transmissão MA II

Carta fiança com o Banco BTG no valor de R\$ 124 vigorando de 02 de agosto de 2023 a 04 de agosto de 2025.

Horizon Transmissão ES

Carta fiança com o Banco Itaú no valor de R\$ 230 vigorando de 03 de setembro de 2023 a 09 de setembro de 2024.

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, segue abaixo as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamentos, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	CONTROLADORA				
	2023				
	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária	Efeito não caixa Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
Debentures, empréstimos, notas promissórias	815.065	(68.303)	25.636	-	772.398
Aumento (diminuição) de passivos financiamento	815.065	(68.303)	25.636	-	772.398
	2022				
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária	Efeito não caixa Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
Debentures, empréstimos, notas promissórias	812.161	(105.000)	107.904	-	815.065
Aumento (diminuição) de passivos financiamento	812.161	(105.000)	107.904	-	815.065

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Constituição de dividendos	-	7.840
Total	-	7.840

25 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros estão destacados abaixo e vencem em 01 de maio de 2024:

HORIZON TRANSMISSAO ES S.A.	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	30.167	30.167	31.083	31.083
Responsabilidade civil	n/a	20.000	n/a	50.000
Seguro de vida	n/a	20.000	n/a	50.000

HORIZON TRANSMISSAO TMA I S.A.	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Ativo Imobilizado	95.813	95.813	98.722	98.722
Responsabilidade Civil	n/a	20.000	20.000	20.000
Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	n/a	20.000	20.000	15.000

HORIZON TRANSMISSAO TMA II S.A.	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Ativo Imobilizado	38.658	38.658	39.832	39.832
Responsabilidade Civil	n/a	20.000	n/a	20.000
Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	n/a	20.000	n/a	20.000

* * *

Daniel Eduardo Araque Prada
Diretor Financeiro

Marcelo Vargas Redes
Diretor-Presidente

Vicente Pinheiro de Lima
Contador CRC: nº 1 SP 290166/O-0